

CRÍSE NO CONGRESSO

Ministros do STF recomendam a renúncia

MARIÂNGELA GALLUCCI

BRASÍLIA - Consultados pelo Estado, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) aconselham ontem os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF), ex-líder do governo no Senado, a renunciar imediatamente, caso não queiram correr o risco de ter os seus direitos políticos cassados.

De acordo com integrantes do Supremo e o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rubens Approbato Machado, em tese, ACM pode ter cometido um crime porque não tomou providências quando soube da violação do painel eletrônico do Senado durante a votação secreta em que foi cassado o mandato do então senador Luiz Estevão.

Com base no depoimento de ACM e no discurso de Arruda, ministros do STF avaliaram que a situação dos dois parlamentares é gravíssima e que há grande chance de eles terem os seus mandatos cassados, caso seja instaurado um processo.

Mas se os senadores não renunciarem até a abertura do processo de cassação, um eventual pedido de desligamento não surtirá efeito. Isso por que a emenda constitucional de revisão número 6, proposta pelo presidente do PT, José Dirceu (SP), estabeleceu que as renúncias não produzirão efeitos enquanto não terminar o processo de cassação.

Antes dessa emenda, os parlamentares que estavam respondendo a processo poderiam renunciar até a véspera da cassação para preservar sua elegibilidade.

Um ministro do STF lembrou o episódio envolvendo os chamados anões do Orçamento. "Quando perceberam que seriam cassados, renunciaram e não se tornaram inelegíveis", explicou. "Essa possibilidade frustrava a finalidade de punir", completou.

Votações - Outro ministro do Supremo sugeriu que as votações no Congresso sejam abertas, com o objetivo de dar publicidade às decisões da Câmara e do Senado. Ele lembrou que durante as investigações sobre o ex-presidente Fernando Collor de Mello, o STF assegurou aos parlamentares o direito de votarem abertamente.

O ideal seria que a votação fosse ostensiva, impregnada pela marca da publicidade, que daria transparência à deliberação parlamentar", afirmou.

O presidente da Ordem afirmou ontem que se sentiu "ultrajado" com o depoimento de ACM no Conselho de Ética. Segundo Approbato, o senador pode ter cometido crime de prevaricação ao deixar de tomar providências quando soube da violação da votação secreta.

"Ficou evidente, e muito, que ele faltou com a verdade", acusou o presidente da OAB. "Não explicou à Nação por que o presidente do Congresso, ao saber da confirmação de uma violação, pura e simplesmente, ficou calado", questionou.

Para Approbato, ACM tinha o dever de, no mínimo, instaurar uma sindicância.

Pelo menos um ministro do Supremo também acredita, em tese, que o senador baiano pode ter praticado um crime ao não informar sobre a quebra do sigilo.

Um eventual processo contra ACM tramaria, originalmente, no Supremo, já que esta é a Corte encarregada de julgar um senador.

O presidente da OAB disse que defende a apuração de outros escândalos, como as denúncias de desvio de recursos das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene). "Ou o País faz a opção pela ética ou pela roubaheira."

Integrantes do Supremo dizem ao 'Estado' que, para não perderem os direitos políticos, ACM e Arruda devem deixar seus cargos imediatamente

SENADO FEDERAL

O CAMINHO DA CASSAÇÃO

O que já foi feito pelo Conselho de Ética e Decoro do Senado e o que ainda está por vir no processo

A ATUAÇÃO

Investiga denúncias contra senadores, por meio da tomada de depoimentos dos envolvidos no caso. No momento as investigações estão concentradas no episódio de quebra do sigilo do painel de votos do Senado, na sessão que cassou o mandato do senador Luiz Estevão, em 28 de

julho de 2000. Na composição do conselho, os partidos apontam seus representantes, de acordo com o número de vagas a que têm direito. Eles têm mandato de dois anos, seguindo a proporcionalidade do partido e obedecendo a rodízio nas funções



QUEM JÁ DEPOIU E O QUE DISSE

Antonio Carlos Magalhães



O senador baiano admitiu ter recebido a lista e a rasgado, mas negou que tivesse feito o pedido a Arruda. ACM confirmou que ligou para Regina Borges na noite da cassação. Ele disse que silenciou sobre a violação por "razões de Estado".

Regina Célia Borges



No Conselho de Ética, no dia 19, a ex-diretora do Prodasen revelou que Arruda ordenou a quebra do sigilo e recebeu telefonema de ACM, em agradecimento pela lista de votos.

Ivar Alves Ferreira



Marido de Regina e funcionário do Prodasen, disse ao conselho, na terça-feira, que se ofereceu para ajudar a mulher na violação. Confirmou o pedido de Arruda e a tese de que ele agiu em nome de ACM.

Técnicos



Os responsáveis pela cópia da lista da votação secreta, Heitor Ledur e Hermilo Nóbrega, do Prodasen, e Sebastião Gazzola Júnior, ex-funcionário da Eliseu Kopp, confirmaram as informações de Regina.

Domingos Lamoglia



No segundo, o assessor de Arruda confirmou ter recebido um envelope de Regina, mas tarde entregue a Arruda, mas garantiu que não conferiu seu conteúdo.

QUEM FAZ FALTA DEPOER

José Roberto Arruda



O depoimento do senador no conselho será às 9 horas de hoje. Apesar de ter negado inicialmente, Arruda já admitiu na tribuna do Senado que pegou a lista de votação e a entregou a ACM.

OS PRIMEIROS JUÍZES

As tendências de cada membro do Conselho de Ética

Presidente

Ramez Tebet
(PMDB-MS)

Em 1999, teve grande destaque presidindo a CPI do Judiciário que levou à cassação do então senador Luiz Estevão. Tende a defender uma punição rigorosa para os senadores. Só votará em caso de empate. Foi o primeiro parlamentar a estabelecer censura contra um presidente da Casa - na ocasião, ACM, que brigava com Jader Barbalho

Relator

Saturnino Braga
(PSB-RJ)

Apesar de ser suplente no conselho, foi escolhido como relator, depois de quase um mês de indecisão na definição por um nome de consenso. Tem optado por um discurso neutro, porém claramente favorável à punição em caso de comprovada responsabilidade dos senadores.

Corregedor-geral

Romeu Tuma
(PFL-SP)

Como é o corregedor-geral da Casa, assegura vaga no Conselho de Ética. Apesar de não ter relações próximas a ACM, costuma seguir as orientações do PFL no caso, em defesa do senador baiano. Declarou que a confissão de culpa de Arruda poderia ser considerada um atenuante. A tendência é que siga a maioria no Congresso.

Outros membros

José Agripino Maia (PFL-RN)



É considerado um conhecedor astuto do Congresso, além de compor a Executiva Nacional do PFL. Revelou que seu partido não "assistiu impassível" à cassação de ACM. No entanto, nas sessões realizadas no conselho, em geral, não se manifesta nem fazendo perguntas nem outras intervenções

Casildo Maldaner (PMDB-SC)



Este é um parlamentar de pouca expressão na Casa. A expectativa é que na votação seguirá a decisão da maioria dos congressistas, podendo, ainda, surpreender, já que contrariou a orientação do seu partido quando assinou o requerimento da oposição pela instalação da CPI da Corrupção

Nabor Júnior (PMDB-AC)



Próximo ao presidente do Senado, Jader Barbalho, deverá votar a favor da punição. Mas sua posição é uma incógnita. No passado era opositor ao governador do Acre, Orleir Cameli, acusado de inúmeras irregularidades, e depois assumiu posição de neutralidade. Também votou contra a cassação de Luiz Estevão

Ney Suassuna (PMDB-PB)



É desafeto de ACM e contrário à manobra de um acordo para evitar a punição dos dois senadores. Afirmou que, se não houvesse rigor por parte do Senado em relação ao caso, a culpa pela violação do sistema eletrônico, ao final das investigações, seria do próprio painel fraudado. Deverá votar a favor da cassação

Amir Lando (PMDB-RO)



No caso da violação do painel eletrônico, promete agir de acordo com os princípios jurídicos e assim evita revelar sua opinião clara sobre o tema. Demorou semanas para assinar o requerimento da CPI da Corrupção. Foi relator da CPI de PC Farias, que provocou a queda do ex-presidente Fernando Collor.

Geraldo Althoff (PFL-SC)



É suplente do senador morto Wilson Kleinubing e mantém forte ligação com o presidente do partido, Jorge Bornhausen, seguindo sua orientação em relação ao assunto. Ganhou destaque no Congresso por sua relatoria na CPI do Futebol

Francelino Pereira (PFL-MG)



Segue exatamente a posição que a direção do partido definir sobre o assunto. Nas sessões do conselho, fica calado a maior parte do tempo. A tendência é que apóie a articulação do PFL para tentar salvar ACM

Paulo Souto (PFL-BA)



Fiel aliado de ACM. Está empenhado em atenuar qualquer pena que for estabelecida contra ele. Nas sessões, faz interpelações com objetivo de conduzir a resposta de tal maneira que o senador baiano seja considerado inocente

Lúcio Alcântara (PSDB-CE)



É o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Teve dificuldades para assumir a função porque foi contra o acordo do PSD com o PMDB garantindo a vitória de Jader na presidência da Casa. Deve tentar evitar a punição de ACM e Arruda

Osmar Dias (PMDB-PR)



Não deverá poupar ACM embora defenda Arruda por uma questão parcialidade, mesmo depois que o ex-líder do governo deixou o PSL. Nas sessões do conselho, conduz suas perguntas de tal maneira a proteger Arruda. É avaliado como independente dentro do partido

Heloísa Helena (PT-AL)



É um dos principais desafetos de ACM, que teria divulgado, numa conversa com três procuradores da República, que ela votou contra a cassação do senador Luiz Estevão, desobedecendo à decisão do seu partido. É claramente favorável à cassação do senador baiano e também de Arruda

Jefferson Péres (PDT-AM)



É considerado um dos parlamentares mais sérios, éticos e detentores do saber jurídico. Não esconde a indignação com o episódio nem sua posição a favor da apuração dos fatos e do estabelecimento de punição contra ACM e Arruda. Deverá votar a favor da cassação

Antero Pires de Barros (PSDB-MT)



Suplente, em substituição a José Roberto Arruda. Na primeira oportunidade já se pôs como inimigo declarado de ACM. Enquanto muitos tucanos ficavam constrangidos em defender a eleição de Jader Barbalho à Presidência do Senado, Antero fazia-o publicamente, atacando ACM. Foi um dos primeiros a defender a cassação de ACM

NO CONSELHO

1 A fase de investigações na Comissão de Ética deve ser encerrada hoje, com o último depoimento sobre a violação do painel eletrônico

novamente ao Conselho de Ética. Já integrantes do conselho defendem o envio do processo à CCJ e, em seguida, ao plenário

2 Concluída essa etapa, é a vez de o relator, Saturnino Braga, apresentar seu relatório. Ele não tem prazo para entregar o documento, mas pretende apresentá-lo no dia 9. A decisão será levada aos integrantes do conselho para votação

3 Em caso de abertura de processo de cassação, não há prazo fixo para sua conclusão. Mas a ideia é concluir a fase inicial, no conselho, em no máximo 30 dias

4 Se aprovado, o relatório segue para a Mesa do Senado ou direto para a Comissão de Constituição e Justiça. Há uma dúvida jurídica sobre o destino do documento. Técnicos do Senado afirmam que a decisão deve ser encaminhada à Mesa e, depois,

Depois de ouvir os acusados, será elaborado outro relatório e, em seguida, o documento passa por nova votação. Se o relator decidir pela cassação, o processo segue para a CCJ, na qual será submetido a análise e votação

5 Se a recomendação for novamente aprovada, o pedido de cassação vai a plenário, em votação secreta

CORREGEDORIA

O corregedor-geral do Senado, Romeu Tuma, pretende concluir na próxima semana seu relatório, baseado em depoimentos, laudos da Unicamp e da PF. Serão levados em consideração as conclusões de uma comissão técnica, que avaliou o assunto por 55 dias. A tendência é que Tuma sugira a abertura de processo penal contra a empresa Eliseu Kopp, fornecedora do painel. Deverá também indicar se é favorável ou contrário à cassação

PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Senador Carlos Wilson faz um trabalho exclusivamente direcionado a apurar a participação dos funcionários do Prodasen na fraude. Ele usa elementos semelhantes aos de Tuma para sua análise. Ele poderá abrir processo administrativo e analisa a hipótese de suspender a oposição de Regina Borges, que já tinha tempo de serviço suficiente para requerer o direito